

**SALVADOR DE MENDONÇA E A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE DE SUA ATUAÇÃO E O CRESCENTE ALINHAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA AO SUBSISTEMA ESTADUNIDENSE DE PODER.**

***SALVADOR DE MENDONÇA AND THE REALIGNMENT OF THE BRAZILIAN'S FOREIGN POLICY IN THE NINETEENTH CENTURY: AN ANALYSIS OF HIS PERFORMANCE AND THE GROWING ALIGNMENT OF BRAZILIAN'S FOREIGN POLICY TO THE UNITED STATES'S SUBSYSTEM POWER.***

Marcelo Henrique de Abreu Pimenta  
Centro universitário de Belo Horizonte – UNI-BH  
E-mail: marcelopimentabh@hotmail.com

**Resumo**

O artigo demonstra a importância de Salvador de Mendonça - representante brasileiro nos Estados Unidos da América - para a reorientação da política externa brasileira. Ele atuou em Washington entre os anos de 1875 e 1898, momento no qual a política externa do país passava por uma reestruturação, uma vez que o Brasil abandonava seu tradicional alinhamento com os países europeus para se alinhar com o país que seria, futuramente, a maior potência econômica e militar do planeta: os Estados Unidos da América. Mendonça foi um dos responsáveis pelo início de uma nova era na política externa brasileira.

**Palavras-chave:** Salvador de Mendonça, Republicanismo, Conferência de Washington, Tratado de Reciprocidade, Revolta da Armada.

***Abstract***

*This article aims to demonstrate how important of Salvador de Mendonça - the Brazilian representative in the United States of America – in the reorientation of the nation's foreign policy. He served in Washington from 1875 to 1898, period of time when the country's foreign policy was being reconstructed, as Brazil abandoned its traditional alignment with European countries to align with the country that would be, in a near future, the greatest economy and military power on the planet: the United States of America. Mendonça was one of the responsible for building a new era in Brazilian foreign policy.*

**Keywords:** Salvador de Mendonça, Republicanism, Conference of Washington, Treaty of Reciprocity, Revolta da Armada.

## Introdução

O Brasil passou por um processo de independência diferenciado do ocorrido nos demais países americanos. Todas as colônias europeias na América adotaram a república como forma de governo após seus processos de independência. O Brasil adotou a monarquia. Este singular regime político nesta conjuntura americana afetou a maneira com a qual o Brasil direcionou a sua política externa, principalmente suas relações com os países latino-americanos e os Estados Unidos da América. Durante todo o período que permaneceu como império, o Brasil tornou-se um país “solitário no continente” (DORATIOTO, 2002: 47).

Este artigo estuda a política externa brasileira durante o período em que houve mudança em seus paradigmas. Neste sentido, a análise estará focada em Salvador de Mendonça, representante da legação do Brasil em Washington entre os anos de 1876 e 1898. Este personagem influenciou de forma significativa a política externa brasileira no período em que houve a mudança do regime político brasileiro - monarquia para república - e mudança do eixo diplomático brasileiro da Europa para os Estados Unidos.

O objetivo principal do artigo é compreender a ação de Salvador de Mendonça no processo de reconhecimento e consolidação da república brasileira junto ao governo dos Estados Unidos da América. Observa-se que Salvador de Mendonça foi personagem indispensável neste processo, pois seus feitos influenciaram a tomada de decisão dos dois diplomatas – Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco - responsáveis pela condução da política externa brasileira no começo século XX. Neste sentido, busca-se apresentar a participação daquele personagem na construção da república brasileira e os desdobramentos que tal participação trouxe às diretrizes da política externa brasileira. Ressalve-se, no entanto, que não se pretende inflar a importância deste personagem. Antes, buscamos no estudo de sua ação o espírito do tempo desta importante conjuntura para a política externa brasileira.

Neste sentido, o artigo será estruturado da seguinte maneira: 1) exposição dos antecedentes diplomáticos e comerciais entre Brasil e Estados Unidos antes que Salvador de Mendonça assumisse o cargo de Cônsul Geral do Brasil nos Estados Unidos em 1876; 2) exposição de dados bibliográficos de Mendonça; 3) apresentação da conjuntura do advento do republicanismo no Brasil, a questão da mão-de-obra e a queda do imperador; 4) detalhamento

dos principais momentos da participação de Salvador de Mendonça no processo de construção da república brasileira: A Conferência de Washington (1889-1890); reconhecimento da república pelos Estados Unidos; assinatura do Tratado de Reciprocidade em 1891 e a intervenção estrangeira na Revolta da Armada (1893-1894); 5) descrição da saída de Salvador de Mendonça de Washington e o novo pensamento na política exterior brasileira e 6) considerações finais.

### **Histórico do relacionamento diplomático Brasil-EUA antes da participação de Salvador de Mendonça**

Apesar de a relação comercial entre Brasil e Estados Unidos ter sido incrementada ao longo de todo o século XIX, as suas relações diplomáticas somente apresentaram melhoras sensíveis a partir da década de 1870 (BANDEIRA, 1973: 121). Tal relacionamento conturbado ocorreu por haver um choque de ideologias políticas gerado no tempo em que o Brasil ainda era uma colônia portuguesa. O império português tinha pouco interesse pelas relações com os Estados Unidos. (BANDEIRA, 1973: 25).

Os Estados Unidos tinham planos de afastar a influência europeia nos países latino-americanos. A Doutrina Monroe de 1823 e o Pan-Americanismo (apresentado pelos norte-americanos na I Conferência Pan-Americana em 1889) são exemplos de políticas dos EUA com tal objetivo. A primeira buscava impor a vontade dos EUA sobre, principalmente, os países latino-americanos situados na região do Caribe. A última foi inspirada por ideais de cooperação e igualdade (PECEQUILO, 2003). O Brasil praticamente não sofreu influências dos preceitos da Doutrina Monroe devido a peculiaridade de seu regime de governo. (PECEQUILO, 2003: 67). No entanto, o Pan-Americanismo foi abertamente apoiado pelo Brasil durante a I Conferência Pan-Americana em 1889 (SANTOS, 2004: 125-129).

No entanto, deve-se observar que houve divergências de interesses entre norte-americanos e ingleses<sup>1</sup> a respeito do regime político que o Brasil deveria adotar após a declaração da

---

<sup>1</sup>É importante esclarecer que as relações entre Estados Unidos e Inglaterra não eram boas no início do século XIX, “os Estados Unidos acusavam a Grã-Bretanha de violar seus direitos marítimos, impedindo a livre realização de suas trocas comerciais” (PECEQUILO, 2003:56). Apesar da mesma não ter trazido como ameaça a

independência em 1822. No caso brasileiro, tal embate levou o governo imperial brasileiro e o governo norte-americano a alguns conflitos. Os Estados Unidos se aproveitaram do fato de lutas anticoloniais terem se propagado pela América Latina para apoiarem revoluções contra o regime imperial brasileiro, como se pode observar, por exemplo, durante a insurreição pernambucana<sup>2</sup> em 1817 e o apoio à Confederação do Equador em 1824 (BANDEIRA, 1973). Por volta de 1830, os países americanos estavam decepcionados uns com os outros e os Estados Unidos estavam descrentes devido ao fracasso das instituições liberais nos países da América Latina. (CERVO; BUENO, 2002: 43). O fracasso geral do americanismo até a década de 1830 beneficiou principalmente à Inglaterra, uma vez que “o continente se partia, tornando-se vulnerável à concorrência e a influência política” (CERVO; BUENO, 2002: 43).

Os desentendimentos diplomáticos entre as duas nações persistiram após a declaração da independência brasileira em 1822. A opção pela monarquia fez com que o Brasil temesse e repudiasse iniciativas interamericanas (SANTOS, 2004: 24). Por muitas vezes, o império brasileiro interveio em territórios de repúblicas sul-americanas, pois existia a convicção de “superioridade civilizacional brasileira em face às turbulências hispânicas” (PEREIRA, 2009: 44). “A imprensa dos Estados Unidos constantemente intrigava o Império com as Repúblicas do Prata, acusando-o de pretender a reanexação do Uruguai” (BANDEIRA, 1973: 105). Além destas acusações que corroíam a relação entre os dois países, os Estados Unidos - impulsionados pelos preceitos do Destino Manifesto - tinham a pretensão de anexarem a seus domínios territórios da região amazônica pertencentes ao Brasil.

Os americanos comparavam os rios da região amazônica ao oceano. Assim, justificavam a defesa da livre navegação de suas embarcações naquele rio e planejavam o envio de grupos de emigrantes americanos para fomentar o desejo de separatismo da população local, como ocorrera nos territórios dos estados do Texas e da Califórnia, anteriormente pertencentes ao México e anexados pelos Estados Unidos, respectivamente nos anos de 1845 e 1848. Para proteger suas fronteiras, o império brasileiro concedeu ao Barão de Mauá o monopólio para navegação nos rios amazônicos e adicionou uma cláusula no contrato de concessão que o forçava a constituir colônias com imigrantes advindos da Europa. A concessão não foi suficiente para espantar os interesses externos, porém “havia-se ganhado tempo e dissuadido

---

recolonização dos Estados Unidos pela Grã-Bretanha, esse desentendimento originou uma guerra entre as duas nações que durou de 1812 a 1814 que ficou conhecida como Segunda Guerra de Independência. Essa relação de inimizade entre Estados Unidos e Grã-Bretanha impactou diretamente a relação diplomática entre Brasil e Estados Unidos, uma vez que o governo brasileiro estava naquele tempo mais envolvido com a Grã-Bretanha.

<sup>2</sup> Também conhecida como Revolução Pernambucana.

as potências de invadir a região, coligadas ou não” (CERVO; BUENO, 2002: 104). A pressão começou a ser aliviada a partir do ano de 1855, pois os Estados Unidos se encaminhavam para a Guerra Civil<sup>3</sup> (que duraria de 1861 a 1865). Além disso, as ideias do militar da Marinha estadunidense responsável pela ocupação do Amazonas - Tenente Matthew Fontaine Maury - sobre a ocupação da Amazônia vinham sendo combatidas e criticadas por serem consideradas extremamente fantasiosas (CERVO; BUENO, 2002: 105).

As divergências permaneceram mesmo após a guerra pela região amazônica ter sido evitada. Durante a Guerra Civil Americana, o império brasileiro apresentou uma tendência a apoiar os confederados<sup>4</sup> - que dispunham de um quadro econômico e social muito parecido com o brasileiro - em detrimento dos unionistas<sup>5</sup> que seriam os vitoriosos do conflito (PEREIRA, 2009). Com a vitória dos unionistas sobre os confederados, a retaliação diplomática americana não tardou. Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), o representante diplomático norte-americano no Paraguai se pôs à disposição das forças paraguaias em nome de seu país. Essa medida fez com que o comandante das forças brasileiras – Caxias - proibisse a entrada e a saída de estadunidenses por meio do contingente militar brasileiro, ato que resultou em suspensão das relações diplomáticas entre os dois países.

De modo geral, a monarquia brasileira enfrentou problemas na construção de argumentos que legitimassem a continuação de seu regime, pois sua forma de governo representava para os vizinhos brasileiros a perpetuação da “Europa dos Soberanos.” (SANTOS, 2004: 25). De modo contrário, o republicanismo trazia a ideia de total ruptura com os preceitos políticos europeus. A peculiar forma de governo brasileira fez com que o país não tivesse interesse por nenhuma iniciativa interamericana durante quase todo o século XIX, fato que contribuiu para isolar o Brasil das outras nações do continente. O fato de o Brasil ter participado somente de um<sup>6</sup> dos seis<sup>7</sup> principais congressos interamericanos do século XIX comprova a desconfiança e rejeição do Império Brasileiro frente às tais iniciativas (SANTOS, 2004: 21).

---

<sup>3</sup> Também conhecida como Guerra de Secessão Americana.

<sup>4</sup> Estados americanos do Sul defensores do escravismo e da produção agrícola derrotados pelos unionistas na Guerra Civil Americana.

<sup>5</sup> Estados americanos do Norte defensores do desenvolvimento industrial na Guerra Civil Americana.

<sup>6</sup> O Brasil participou somente da Conferência de Washington (1889-1890).

<sup>7</sup> Os congressos foram: Panamá (1826), Lima (1847-1848), Santiago (1856), Washington (1856), Lima (1864-1865) e Washington (1889-1890) (Santos, 2004: 21).

A partir da década de 1870, a política externa do império brasileiro passou “por uma fase de distensão e impulso universalista, não lhe convindo, pela lógica, manter seu isolamento continental, e sim aderir ou pelo menos debater os convênios que vinham sendo firmados por inúmeros Estados” (CERVO; BUENO, 2002: 143). O maior exemplo da adoção de tal política pela diplomacia do império seja, talvez, as viagens internacionais empreendidas por Dom Pedro II. O imperador utilizou o seu alto prestígio pessoal na Europa e nas Américas para proteger os interesses brasileiros e tornar o país mais respeitado e conhecido no exterior (CERVO; BUENO, 2002: 135-136). Uma destas viagens teve como destino os Estados Unidos no momento em que ocorria a Exposição do Centenário da Filadélfia, evento que celebrara o centenário da independência norte-americana. O imperador causou uma impressão muito positiva, o que ocasionou uma melhora das relações comerciais entre os dois países segundo relatos de Salvador de Mendonça<sup>8</sup> (PEREIRA, 2009: 39). O Clube Republicano foi criado em 1870 neste clima de distensão e universalismo da política externa brasileira:

Essa política de distensão e universalismo procurava, ao mesmo tempo, inserir o Brasil em um cenário internacional e dar respostas a uma vida doméstica conturbada, com problemas relativos à abolição da escravatura, a propaganda republicana e a necessidade de mão-de-obra (LYRA JUNIOR, 2009: 68).

### **Histórico do relacionamento comercial entre brasil e estados unidos antes da participação de Salvador de Mendonça**

Apesar de Brasil e EUA possuírem ideologias políticas bem diferentes, ambos percebiam que suas relações comerciais necessitavam ser ampliadas. Tal percepção fez com que a construção das relações comerciais fosse mais consistente do que a construção de suas relações diplomáticas. Sendo assim, a maneira com a qual os dois países estabeleceram e consolidaram suas relações comerciais ao longo do século XIX deve ser analisada para se compreender como a política externa brasileira se alinhou ao subsistema norte-americano de poder.

Os Estados Unidos tinham interesse comercial pelo Brasil desde o início do século XIX:

O interesse comercial dos Estados Unidos pelo Brasil era tanto que, quando a Corte de D. João se trasladou para o Rio de Janeiro, o Departamento de Estado logo tratou de restabelecer suas relações com Portugal, interrompidas desde que, em

---

<sup>8</sup> Na época da realização da Exposição do Centenário da Filadélfia, Salvador de Mendonça já havia ocupado o cargo de Cônsul Geral do Brasil nos Estados Unidos e esteve presente ao evento.

1802, os Estados Unidos fecharam a Legação de Lisboa por motivo de economia (BANDEIRA, 1973: 23).

Thomas Jefferson nomeou um comerciante americano, Henry Hill, que se encontrava no Brasil para dar boas-vindas à corte portuguesa em sua chegada ao Rio de Janeiro (BANDEIRA, 1973: 23-24). Em março de 1809, o senado americano autorizou a nomeação de Thomas Sumter Junior para o posto de ministro junto à corte no Rio de Janeiro com o objetivo de incrementar o intercâmbio comercial entre as duas nações. Ele logo percebeu que o sucesso de seus objetivos dependia dos termos do Tratado que seria negociado entre Portugal e Inglaterra em 1810, fato que desacreditou os americanos em conseguir estabelecer um bom acordo comercial com o Brasil naquele momento.

Mesmo estando em desvantagem política com relação à Inglaterra, os Estados Unidos conseguiram imprimir um bom fluxo comercial com o império brasileiro, uma vez que, após haver um recuo das atividades comerciais entre Brasil e Estados Unidos - consequência direta do tratado de 1810 e pela guerra de 1812-1814<sup>9</sup> - “de 1819 a 1828, os navios americanos aumentaram suas entradas e saídas no porto do Rio de Janeiro em 144% contra 72% dos ingleses” (BANDEIRA, 1973: 71), ou seja, os navios norte-americanos proporcionalmente duplicaram a sua presença se comparados com os ingleses neste mesmo período. O número de navios americanos que entravam e saíam do porto do Rio de Janeiro foi cada vez maior até que os americanos, praticamente, alcançaram os ingleses em 1842, tendo os primeiros 164 navios e os últimos 167 navios (BANDEIRA, 1973).

Outro importante acontecimento a ser analisado no comércio bilateral entre os dois países é o balanço comercial ter favorecido o Brasil a partir de 1825. O café - produto mais consumido pelos norte-americanos - foi o responsável por este desequilíbrio, uma vez que:

O saldo comercial brasileiro na década de 1841-1850 foi de 41,6 milhões de dólares; na década de 1851- 1860, de 124,3 milhões. Em 1870, os Estados Unidos absorviam 75% das exportações do café e o comércio bilateral era ligeiramente superior ao comércio entre os Estados Unidos e o resto da América Latina. Em 1889, os Estados Unidos absorviam 61% das exportações totais enquanto colocavam no mercado brasileiro apenas 5% das importações totais (CERVO; BUENO, 2002: 138).

Os dados acima expostos comprovam que a economia brasileira passou a ser dependente da importação de mercadorias por parte dos norte-americanos a partir da década de 1840, uma

---

<sup>9</sup> Guerra entre os Estados Unidos e a Inglaterra.



vez que os Estados Unidos passaram a ser os principais consumidores dos produtos brasileiros. O café - artigo mais importado pelos norte-americanos – tinha uma importância ímpar para a inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, pois ele fora, o produto que permitiu a reinserção do Brasil nas correntes de expansão do comércio mundial (Furtado, 1976: 116). Fora tão importante que a economia cafeeira tinha plenas condições de autofinanciar sua próxima etapa de expansão a partir do último quartel do século XIX e restava resolver a questão da mão-de-obra<sup>10</sup>. Foi neste contexto de aumento das relações comerciais com os Estados Unidos e um relativo declínio com a Europa que o Clube Republicano foi fundado em 1870.

### **A vida de Salvador de Mendonça, o advento do republicanismo no Brasil, a questão da mão-de-obra e a queda do imperador**

Salvador de Mendonça nasceu na Vila de Itaboraí na província do Rio de Janeiro no dia vinte e um de Julho de 1841 (AZEVEDO, 1971: 22-24). Começou a frequentar a escola aos seis anos de idade e deixou Itaboraí para prosseguir seus estudos no Rio de Janeiro aos onze anos de idade. Matriculou-se na faculdade de direito de São Paulo no ano de 1857 quando tinha dezessete anos, porém ele se viu na obrigação de interromper seus estudos e retornar a sua terra natal para se incumbir da educação e o sustento de oito irmãos com apenas dezenove anos de idade porque seus pais haviam falecido. Suas responsabilidades aumentaram ainda mais quando se casou em 1861 (MENDONÇA, 1960).

A partir de então, Salvador de Mendonça trabalhou nos principais jornais da imprensa carioca - O Diário do Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, dentre outros - além de exercer outras atividades profissionais como, por exemplo, escrever peças de teatro para o sustento de seus irmãos e esposa. Conheceu pessoas importantes durante o tempo em que trabalhou no Rio de Janeiro, as quais o influenciaram a se dedicar à causa republicana. Retornou à cidade de São Paulo para terminar a faculdade de direito em 1867, onde se graduou em 1869 e regressou a capital do Império no mesmo ano com seu título de Bacharel sentindo-se preparado para atuar a favor da causa republicana. (AZEVEDO, 1971: 32).

O Clube Republicano, fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1870 por Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, representou um importante passo para a destituição da monarquia e instauração da república em 1889 (BANDEIRA, 2009: 120). No

---

<sup>10</sup> (Furtado, 1976) se refere à questão da mão-de-obra escrava que permanecia viva no Brasil, apesar de uma discussão a respeito da imigração para substituição deste tipo de mão-de-obra ter sido iniciada.



mesmo ano da fundação do Clube, seus idealizadores tiveram a ideia de criar o periódico chamado *A República* com a finalidade de divulgar ao público seus projetos de reforma política do Brasil. A primeira edição do periódico foi lançada no dia três de Dezembro de 1870 e o texto, o manifesto do Clube, expunha o principal foco de atuação do grupo:

A necessidade de reformas que deveriam abranger toda a sociedade, sustentadas basicamente pela ideia de federação, o que em outras palavras significava dar autonomia às províncias muitas vezes obstaculizadas pelo excesso de controle da Corte, que centralizava suas arrecadações e sua administração (PEREIRA, 2009: 22-23).

O Manifesto e o periódico *A República* constituíram a primeira realização importante do republicanismo no Brasil (PEREIRA, 2009: 23). Apesar de o manifesto ser considerado o documento inaugural da manifestação republicana no Brasil, ele não compunha um programa político-partidário. Suas diretrizes serviram como a base para a criação dos partidos políticos republicanos em todo o Brasil que eram moldados de acordo com as especificidades regionais<sup>11</sup>. O Partido Republicano Paulista, fundado em 1873, defendia uma completa descentralização administrativa, uma vez que a centralização monárquica asfixiava os interesses dos proprietários das grandes lavouras de café, que consideravam seu grande poder econômico incompatível com o moderado poder político que exerciam (CARVALHO, 1990: 24).

No primeiro momento, a abolição da escravatura não compunha o programa republicano, pois os grandes fazendeiros escravocratas haviam aderido à causa. O aumento da pressão favorável à abolição fez com que o governo imperial encomendasse estudos que apontassem alternativas para a substituição deste tipo de mão-de-obra. Salvador de Mendonça foi um dos designados a pesquisar sobre a questão da imigração chinesa quando já era o representante brasileiro em Washington. Um relatório enviado a corte em abril de 1879 por Salvador de Mendonça recomendava a adoção da imigração chinesa ao Brasil, pois tal processo havia sido consolidado com sucesso nos Estados Unidos desde a segunda metade do século (PEREIRA, 2009: 41). Ele informou no relatório que a presença dos imigrantes chineses havia diversificado a produção agrícola, além de ter trazido novos conceitos arquitetônicos e de organização social ao mundo urbano. Mendonça detectou que a adaptação destes imigrantes não seria um obstáculo devido à semelhança em relação às terras e, em parte, ao clima. Mendonça destacou ainda que os trabalhadores chineses viviam com a quinta parte do que

---

<sup>11</sup> Para ver as especificidades dos partidos republicanos de cada província, consultar (PEREIRA, 2009: 24-25).

vivia um trabalhador europeu, o que baratearia os custos para os produtores. Apesar da pesquisa feita por Salvador de Mendonça recomendando a imigração chinesa, o governo imperial não teve interesse em implantar tal política, uma vez que a imigração europeia – principalmente imigrantes italianos - estava em alta no país. Na década de 1870, entraram 13 mil pessoas imigrantes europeus no país; na década seguinte, 184 mil e na última década do século XIX, foram 690 mil (FURTADO, 1976: 125).

A monarquia, a partir da década de 1870, teve de lidar com muitas críticas devido aos problemas internos vivenciados pelo Brasil que vinham sendo escancarados à população pela propaganda republicana. A questão da mão-de-obra figurava entre os principais. A reação da monarquia frente às críticas variou da violência ao aliciamento (PEREIRA, 2009: 38). Um exemplo é a situação dos irmãos Mendonça, pois Salvador fora convidado a ser cônsul do império brasileiro nos Estados Unidos em 1876, porém o seu irmão - Lúcio - não teve a mesma sorte e fora expulso da Faculdade de Direito por ter tido participação em protestos a favor da causa republicana.

Pode-se entender que, de certa maneira, a política externa adotada pelo império a partir da década de 1870 de distensão e universalismo representou uma reação do governo imperial às críticas feitas pela propaganda republicana, pois fora uma tentativa de demonstrar aos republicanos e a população em geral que o Brasil dispunha de prestígio internacional graças à imagem do imperador brasileiro - Dom Pedro II - no exterior. A viagem empreendida por Dom Pedro II aos Estados Unidos em 1876 é um exemplo desta tentativa. A visita fez com que as relações comerciais entre os países melhorassem, porém tudo isso “não era devido à nossa importância diplomática, sinão [sic] ao valor pessoal do velho Imperador” (MENDONÇA, 1913: 100-101). Apesar de todo o esforço feito pelo governo imperial, a monarquia não resistiu à pressão exercida pelos republicanos que dispunham do apoio de classes importantes para a reforma política do Brasil como, por exemplo, dos militares e dos fazendeiros: donos das plantações de café. A monarquia se esfacelou após Marechal Deodoro da Fonseca - com o apoio dos republicanos - assinar o manifesto que proclamou a República no Brasil, fato que estabeleceu um governo provisório e culminou com a partida da família imperial para a Europa em exílio.

## **Salvador de Mendonça, a conferência de Washington (1889-1890) e o reconhecimento da república.**

A Conferência de Washington teve seus trabalhos iniciados no dia dois de outubro de 1889 e o Brasil tornara-se uma república no dia quinze de novembro do mesmo ano, ou seja, o Brasil alterou seu regime político durante o evento (MENDONÇA, 1960: 137). Esse acontecimento fez com que a conferência representasse a oportunidade perfeita dos republicanos brasileiros buscarem o reconhecimento do novo regime político perante a maior parte dos países americanos, principalmente por parte dos Estados Unidos da América. O clima no Brasil logo após a proclamação da república fora de delírio, uma vez que o país desejou romper imediatamente com tudo aquilo que revivesse ou relembresse seu passado monárquico europeu (BANDEIRA, 1973). Para a maior parte dos republicanos que assumiram o poder, a americanização do país significaria o fim de seu passado monárquico.

Apesar da empolgação dos republicanos brasileiros, o advento da República não foi visto com bons olhos por determinados segmentos da imprensa norte-americana (PEREIRA, 2009: 48). Graças à boa impressão causada pela visita em 1876 do ex-imperador brasileiro - Dom Pedro II - boa parte dos jornalistas americanos ainda era simpática a ele e passaram a atacar o governo provisório. Os novos governantes brasileiros perceberam, então, que precisariam vender a imagem de um país que havia constituído um novo pensamento político para obter o reconhecimento esperado. Tal pensamento deveria ser pró-americano e puramente republicano, o oposto do pensamento do governo imperial. Este novo cenário político exigiu da delegação brasileira na conferência uma nova postura política de afastamento do Chile<sup>12</sup> e aproximação dos Estados Unidos e Argentina (SANTOS, 2004). Neste contexto, a atuação dos republicanos brasileiros, principalmente a atuação de Salvador de Mendonça será destacada.

Salvador de Mendonça foi escolhido pessoalmente pelo imperador Dom Pedro II, no dia seis de julho de 1889, para ser “Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial nos Estados Unidos à 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional Americana” (MENDONÇA,

---

<sup>12</sup> O Chile encontrava-se, naquele momento, em uma situação de isolamento diplomático com o Brasil imperial, pois fora o vencedor da guerra do pacífico e conquistou novos territórios da Bolívia e do Peru (SANTOS, 2004: 113). A questão da arbitragem obrigatória – proposta pelos norte-americanos - para a resolução de conflitos entre os países americanos os assustava, pois abria caminhos para uma rediscussão a respeito dos territórios que o país havia conquistado.

1960: 136). Apesar de Salvador ter sido um republicano fervoroso, não lhe agradou a forma com a qual a república foi instaurada, pois ele “teria preferido a evolução à revolução” (MENDONÇA, 1960: 137). Em outras palavras, Salvador de Mendonça preferiria que a república fosse instituída no parlamento de maneira constitucional do que à força com o exílio da família real. Apesar disso, o representante brasileiro tratou de agir imediatamente pelo reconhecimento da República. Embora Salvador de Mendonça tivesse muito respeito e consideração pelo ex-imperador brasileiro, a proclamação da república era o fato político mais aguardado por ele desde a época em que ele ainda era um estudante universitário.

Quintino Bocaiúva<sup>13</sup> e Salvador de Mendonça tentaram o reconhecimento formal imediato da república por parte dos Estados Unidos junto ao chanceler americano: James Gillespie Blaine (MENDONÇA, 1960: 139). Entretanto, alguns dias depois, receberam a sua resposta informando-os que o Presidente dos Estados Unidos - Benjamin Harrison - somente reconheceria formalmente o Governo Provisório Brasileiro após a manifestação favorável da maior parte do povo brasileiro (PEREIRA, 2009: 49). No entanto, a reformulação da posição brasileira nos assuntos que compunham a agenda da Conferência e a atuação pragmática de Salvador de Mendonça, agora reforçada pelo “espírito americano” (SANTOS, 2004:125), fizeram com que os estadunidenses repensassem o pedido de reconhecimento da república brasileira, uma vez que:

Salvador de Mendonça coordenou-se com a delegação argentina e não só fez aprovar a adoção do arbitramento obrigatório, proposta pelos Estados Unidos, como também conseguiu superar a resistência estadunidense à proposta da abolição da conquista. O governo americano opôs-se a essa proposta, no entendimento de que “não podia amarrar as próprias mãos para uma eventualidade de guerra com a Inglaterra, em virtude da qual tivesse de tomar o Canadá” (AHI/RH, 273/3/4). Mas, graças a Salvador de Mendonça, houve afinal entendimento também sobre esse ponto. Os dois projetos seriam, finalmente, aprovados com o apoio de todas as delegações, exceto a chilena, que se absteve (SANTOS, 2004: 125-126).

A proposta de criação da união aduaneira encontrou forte oposição da Argentina<sup>14</sup> e foi recusada pelo comitê que aprovou resolução favorável a adoção de acordos bilaterais e plurilaterais de comércio<sup>15</sup>, o que iria derivar a união desejada futuramente (SANTOS, 2004). Em resumo, a participação brasileira na Conferência de Washington marca a passagem de um

---

<sup>13</sup> Responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório Republicano.

<sup>14</sup> A Argentina se opôs a União Aduaneira porque já tinha a Inglaterra como parceiro preferencial de comércio, parceria que trazia bons resultados (SANTOS, 2004: 127).

<sup>15</sup> Essa resolução permitiu a assinatura do Tratado de Reciprocidade entre Brasil e Estados Unidos em 1891.

país isolado no plano intercontinental para um país atuante e positivo à ideia de reforço de sua identidade americana.

Em Janeiro de 1890, Salvador de Mendonça decidiu mostrar aos norte-americanos a conveniência em se reconhecer a república brasileira antes de qualquer país europeu a fizesse. Ele demonstrou aos estadunidenses que reconhecer o novo regime político brasileiro traria o país à esfera de influência americana e contribuiria com que as nações europeias reconhecessem que a América do Sul estava sob domínio norte-americano, pois legitimaria a ação Monroísta e faria com que o Brasil reconhecesse os Estados Unidos como “os padrinhos de batismo político brasileiro” (PEREIRA, 2009: 50). Desta vez, o esforço do representante brasileiro surtiu o efeito esperado. Em 29 de janeiro de 1890, Salvador de Mendonça enviou carta<sup>16</sup> a Quintino Bocaiúva informando que os Estados Unidos haviam, finalmente, reconhecido o novo regime político brasileiro (AZEVEDO, 1971).

### **Salvador de Mendonça e o tratado de reciprocidade de 1891.**

Os norte-americanos tinham o desejo em assinar um acordo comercial com os brasileiros desde quando o país se tornou independente de Portugal. Apesar de não haver um acordo entre os dois países, o comércio entre eles cresceu substantivamente durante todo o século XIX. A ausência de tal acordo comercial é explicada pela distinta estruturação dos regimes políticos, o que causava certo afastamento diplomático entre as duas nações (PEREIRA, 2009). Como já foi visto nos capítulos anteriores, a situação diplomática entre as duas nações melhorou sensivelmente a partir da visita do imperador brasileiro - Dom Pedro II - aos Estados Unidos em 1876, fato que abriu o caminho para que ambos os países comesçassem a, timidamente, sondar a possibilidade de assinarem um tratado comercial.

Em 1887, Glover Cleveland<sup>17</sup> chamou Salvador de Mendonça para conversarem a respeito das relações comerciais entre os dois países. Cleveland disse a Mendonça que as maiores nações das Américas deveriam assinar um tratado de comércio e de amizade que servisse de exemplo às outras nações do continente e propôs a criação de um *Zollverein* (MENDONÇA, 1960:

---

<sup>16</sup> O conteúdo da carta está disponível na íntegra em (AZEVEDO, 1971: 179).

<sup>17</sup> Presidente dos Estados Unidos da América de 1885 a 1889 e de 1893 a 1897.

126). O presidente americano também informou a Mendonça que havia sido criado no Congresso Americano um projeto de lei<sup>18</sup> que, se aprovado, o autorizaria a convidar os países americanos para participarem de uma grande conferência para discussão desta questão em âmbito continental. As negociações não culminaram com a criação do *Zollverein*<sup>19</sup>, porém marcaram o início da aproximação e da tentativa de entendimento recíproco que resultou na assinatura de um Tratado de Reciprocidade em 1891.

O representante brasileiro prometeu ao presidente americano que levaria todo o conteúdo da conversa ao conhecimento do imperador (AZEVEDO, 1971). Ele se encontrou com Dom Pedro II em agosto de 1877 e apresentou ao imperador tudo aquilo que fora proposto por Cleveland. O imperador acolheu o exposto de maneira favorável e solicitou que ele viajasse para o Brasil para discutir o assunto pessoalmente com o Barão de Cotegipe<sup>20</sup> e Francisco Belisário<sup>21</sup>. O conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira ficou responsável por organizar os estudos e criou “uma comissão composta dos diretores do Contencioso e da Contabilidade do Tesouro, os Srs. Barões de Paranapiacaba e do Rosário e de Salvador de Mendonça para estudar as tarifas aduaneiras das duas nações e reexaminar o assunto”. (AZEVEDO, 1971: 149).

Os estudos da comissão concluíram que “o Brasil poderia oferecer isenção de direitos sobre o querosene norte-americano, escasso no país, pela livre entrada do açúcar brasileiro naquele mercado” (PEREIRA, 2009: 59). Salvador de Mendonça seria autorizado a acompanhar e ajudar as negociações do acordo, porém, o tratado foi duramente criticado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Parlamento (PEREIRA, 2009: 60). O governo imperial apenas aceitava negociar sobre itens específicos e se recusava a negociar qualquer acordo geral sobre tarifas alfandegárias (BUENO, 1995: 119).

Tal postura do governo imperial e a proximidade à Conferência de Washington (1889-1890) fizeram com que Salvador de Mendonça escrevesse um extenso memorando<sup>22</sup> ao governo brasileiro. O documento descrevia os pensamentos do representante brasileiro sobre a aproximação comercial com os Estados Unidos e relatava algumas reclamações dos

---

<sup>18</sup> Esse projeto de lei foi o qual deu origem a Conferência de Washington de 1889.

<sup>19</sup> Para maiores detalhes quanto às intenções de Cleveland ao propor a criação do *Zollverein*, consultar Pereira (2009, pg. 58).

<sup>20</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros.

<sup>21</sup> Ministro da Fazenda.

<sup>22</sup> O documento está disponível na íntegra em Azevedo (1971: 380-388).

americanos quanto ao tratamento que o império brasileiro dava ao governo norte-americano. Ficou evidente no documento sua simpatia pela assinatura do acordo comercial com os Estados Unidos antes do início da Conferência, porém suas sugestões foram ignoradas pelo gabinete Ouro Preto, o qual seguia as tradições imperiais (PEREIRA, 2009: 61).

A proclamação da república fez com que houvesse uma grande mudança nas diretrizes da política externa. Apesar dos republicanos brasileiros desejarem romper com tudo aquilo que recordasse a monarquia, nenhum acordo comercial com os Estados Unidos poderia ser assinado de imediato porque o presidente americano, Glover Cleveland, fora escolhido para ser árbitro na questão das Missões entre Brasil e Argentina. Assim, a assinatura de qualquer acordo transformaria “o juiz em aliado” (MENDONÇA, 1913: 168), o que seria muito mal visto para a resolução do conflito.

A conversação acerca de um acordo bilateral voltou à tona no final de 1890. Salvador de Mendonça apresentava em dezembro de 1890 informações ao Governo Provisório que poderiam ser cruciais a assinatura do acordo (BUENO, 1995: 121-122). O representante brasileiro visava incrementar a exportação do açúcar que sofria a concorrência direta do açúcar produzido nas Antilhas, vendido a preços mais baixos do que o brasileiro devido à proximidade geográfica com os Estados Unidos. Com muito otimismo, o açúcar produzido no Brasil venceria os concorrentes na qualidade. Além disso, esperava-se o progresso dos estados nordestinos<sup>23</sup>, pois a agroindústria açucareira seria implantada nesta região. Apesar de haver o agravante do custo do frete, o aumento da produção causaria a redução dos preços, o que possibilitaria a concorrência com o produto das Antilhas. Para convencer definitivamente o Governo Provisório a assinar o acordo, Salvador de Mendonça fez uma analogia com a exportação do café brasileiro, informando que “em 1828, quando Cuba fornecia quase todo o café importado nos Estados Unidos, uma discriminação contra a Colônia espanhola deu-nos esse mercado, onde depois não fomos suplantados” (AZEVEDO, 1971: 158).

A ação do representante brasileiro foi decisiva para a assinatura do acordo de reciprocidade - assinado no dia trinta e um de Janeiro de 1891, junto ao presidente norte-americano Benjamin Harrison. Tal acordo levou à renúncia do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, nove dias antes da assinatura (BUENO, 1995: 126-127). Rui Barbosa condenou o fato de os Estados

---

<sup>23</sup> O implemento da agroindústria açucareira no nordeste brasileiro foi o fator que mais pesou na conclusão do convênio, uma vez que a região era bem menos desenvolvida do que o sudeste brasileiro.



Unidos não terem concedido ao açúcar brasileiro o privilégio exclusivo, pois o acordo não continha uma cláusula prevendo que os benefícios obtidos pela comercialização do produto não pudessem ser estendidos a outras nações, o que, segundo sua concepção, deveria constar obrigatoriamente para não tornar o acordo prejudicial aos interesses brasileiros. Em fevereiro de 1891, apenas um mês após a assinatura do acordo com o Brasil, os Estados Unidos firmaram um acordo com a Espanha que concedia, também, a livre entrada de açúcar. Rui Barbosa afirmou que “o acordo era lesivo aos interesses do Brasil porque os Estados Unidos ao estenderem as mesmas vantagens a outras áreas produtoras deixaram a situação do açúcar brasileiro no mercado norte-americano igual à anterior à convenção aduaneira”. (BUENO, 1995: 127).

A repercussão interna sobre a concretização deste acordo entre Estados Unidos e Espanha foi extremamente negativa, uma vez que, com a assinatura do acordo de reciprocidade, o governo brasileiro autorizou a entrada de uma extensa lista de produtos estadunidenses<sup>24</sup> que ficariam isentos de tarifas alfandegárias, além de reduzir em vinte e cinco por cento, a tarifa alfandegária para entrada de uma outra extensa lista de produtos<sup>25</sup> (BUENO, 1995: 125-127). Mesmo oferecendo todas essas concessões aos Estados Unidos, o Brasil não desfrutaria daquilo que era o seu principal objetivo no acordo: gozar de condições diferenciadas no que tange à comercialização do açúcar no mercado norte-americano.

Os setores de oposição, principalmente os monarquistas<sup>26</sup>, aproveitaram o episódio para criticar fortemente o governo de Deodoro de Fonseca, fazendo com que Justo Leite Chermont - ministro das relações exteriores - solicitasse Salvador de Mendonça a negociar junto aos

---

<sup>24</sup> Os produtos isentos de tarifas alfandegárias foram: “trigo em grão; farinha de trigo; milho e manufatura de milho, incluindo farinha de milho e goma de milho (maisena); centeio e farinha de centeio, trigo mourisco e farinha de trigo mourisca, cevada; batatas inglesas, feijão e ervilha; feno e aveia; carne de porco salgada, incluindo carne de porco em salmoura e toucinho, exceto presunto; peixe salgado, seco ou em salmoura; óleo de semente de algodão; carvão de pedra, antracite e betuminoso; breu, alcatrão, pez e terebintina; ferramentas, instrumentos e máquinas para agricultura; ferramentas, instrumentos e máquinas para mineração em mecânica, incluindo máquinas a vapor estacionárias e portáteis, e todas as máquinas para manufaturas e indústria, exceto máquinas de costura; instrumentos e livros para artes e ciências, material de estrada de ferro.” (BUENO, 1995: pg. 125).

<sup>25</sup> Os produtos que tiveram a redução de 25% das tarifas alfandegárias foram: “banha e substitutos de banha; presuntos; manteiga e queijo; carnes, peixe, frutas e legumes em latas e de conservas; manufaturas de algodão, inclusive roupa de algodão, manufaturas de ferro e aço, só ou misto, não incluídas na lista de antecedente de artigos isentos de direitos; couro e manufaturas de couro, exceto calçado; tabuado; madeira e manufaturas de madeira, inclusive obras de tanoaria, mobília de todas as classes, carros, carroças e carruagens; manufaturas de borracha.” (BUENO, 1995: pg. 126).

<sup>26</sup> Um dos principais monarquistas do Brasil, Eduardo Prado, escreveu o livro *A Ilusão Americana*, publicado em 1893. A obra critica duramente a aproximação do Brasil aos Estados Unidos e faz críticas, até mesmo, ao tratado de reciprocidade estudado nesta seção.

estadunidenses à inserção da cláusula de exclusividade no contrato sob pena de denúncia do tratado por parte do Brasil (PEREIRA, 2009). O representante brasileiro argumentou que a denúncia poderia trazer o rompimento de relações entre os países, além de ameaçar uma possível decisão favorável ao país na questão das Missões entre Brasil e Argentina, uma vez que o presidente americano era o responsável pelo arbitramento deste contencioso. Apesar de todas as críticas, Salvador de Mendonça nunca mudou sua convicção a respeito da assinatura do tratado, pois permaneceu com a ideia de que foi um ato positivo para o Brasil. O representante brasileiro esclareceu que a importação do açúcar ao mercado norte-americano triplicou em um período de quatro anos – passou de oitenta mil toneladas de 1890 para duzentos e quarenta mil em 1894 (AZEVEDO, 1971: 167). Ele ainda justificou que o fato de os Estados Unidos ter revogado o acordo antes do Brasil em agosto de 1894 é a prova mais convincente de que o convênio foi mais benéfico aos brasileiros. Apesar das críticas e complicações trazidas pela assinatura do acordo, Salvador de Mendonça permaneceu como o representante diplomático brasileiro nos Estados Unidos até ano de 1898.

### **Salvador de Mendonça e a intervenção estrangeira na revolta da armada.**

A república brasileira não se consolidou imediatamente após o ato da proclamação em 15 de novembro de 1889. Para se consolidar como forma de governo no Brasil, o republicanismo teve que se impor em meio a uma grande turbulência política, uma vez que:

A disputa pelo poder entre os diversos ramos civis e militares embaralhava o repertório de ideias e ações na política interna ou na política externa, provocando lutas no Parlamento, nas negociações diplomáticas e as que envolviam a força, tornando rico e complexo o estudo dos anos subsequentes a 1889 (PEREIRA, 2009: 84).

Foi neste contexto que ocorreu a Revolta da Armada em 1893, um contencioso que ameaçou as instituições republicanas recém instaladas (BUENO, 1995: 155-156). Ao fim do litígio, observar-se que a interferência dos norte-americanos a favor da república brasileira contribuiu para a legitimação deste regime no Brasil. Tal interferência também se traduziu na defesa da hegemonia do poder dos Estados Unidos sobre a república brasileira, por ter testado “até que ponto os Estados Unidos estavam dispostos a apoiar a Nova República” (BUENO, 1995: 156).

O motivo para o surgimento da revolta foi à competição existente entre o Exército<sup>27</sup> e a Marinha<sup>28</sup> brasileira, corporações militares que dispunham de pontos de vista diferentes no que tange a política em decorrência da extração social diferenciada de seus integrantes (BUENO, 1995: 156). No dia 6 de setembro de 1893, a crise tomou graves proporções após a divulgação de uma carta escrita pelo almirante da Marinha, Custódio José de Melo. (PEREIRA, 2008: 88) esclarece que, na carta, o almirante<sup>29</sup> expôs as atitudes políticas de Floriano Peixoto que se recusava a convocar eleições conforme requiritava a lei eleitoral. O almirante afirmava que tal conduta do chefe de Estado brasileiro poderia levá-lo a pôr em prática um golpe de Estado, ato o qual a nação não poderia aceitar submissamente. O almirante ameaçou Floriano Peixoto dizendo que caso ele não renunciasse ao cargo, a cidade do Rio de Janeiro seria bombardeada por embarcações da própria Marinha e outras embarcações incorporadas pelos rebeldes. Os revoltosos da Marinha tiveram o apoio financeiro dos monarquistas que sonhavam com a restauração do regime monárquico. Assim, a derrota do governo poderia ocasionar a restauração do antigo regime (PEREIRA, 2009: 89).

O primeiro ato do governo de Floriano Peixoto foi informar aos representantes brasileiros no exterior a respeito da revolta, porém Salvador de Mendonça já fazia manobras diplomáticas antes da crise se instaurar (PEREIRA, 2009: 90). James Gillespie Blaine e o representante brasileiro já conversavam a respeito do apoio norte-americano desde 1891, no caso de existir uma conspiração das cortes europeias para restauração da monarquia. Blaine afirmava que “Os Estados Unidos não permitiriam que triunfasse o golpe e se dispunham a usar de todos os meios para defender a República” (BANDEIRA, 1973:141). Durante o conflito, as atitudes de Salvador de Mendonça foram amparadas sob três eixos principais:

Composição de uma esquadra para contrapor à revoltada; propaganda por meio de entrevista e artigos em semanários, para influenciar a opinião pública norte-americana no sentido de mostrar que as instituições republicanas não corriam risco no Brasil; e – a mais importante – junto ao Departamento de Estado (BUENO, 1995: 169).

---

<sup>27</sup>Os membros do Exército advinham de classes mais humildes da sociedade (Pereira, 2009: 87). Desta maneira, eram indivíduos que levantavam a discussão sobre a função dos militares na política e a convívio destes com os civis.

<sup>28</sup>A Marinha era um abrigo dos filhos de aristocratas do Império (Pereira, 2009: 87). Tal fato fazia com que seus membros tivessem certa simpatia pela restauração do regime monárquico.

<sup>29</sup>Custódio José de Melo foi Ministro da Marinha no governo de Floriano de Peixoto até o dia 30 de abril de 1893 (Pereira, 2009: 87). Melo renunciou ao cargo por não ter concordado com reforços orçamentários solicitados por Peixoto para o conflito que acontecia no Estado do Rio Grande do Sul conhecido como Revolução Federalista.

A esquadra organizada por Salvador de Mendonça nos Estados Unidos - conhecida como Esquadra de Papelão - estava sob o comando do Contra-Almirante Jerônimo Gonçalves Duarte (BANDEIRA, 1973: 144). Era composta por três navios e três vapores transformados em torpedeiras. Grande parte de sua tripulação era composta por mercenários contratados nos Estados Unidos, fato duramente criticado pelo Cônsul Americano em Recife, David N. Burke, que “esperava que o Governo de Washington não permitisse a vinda para o Brasil de outra expedição daquela espécie” (BANDEIRA, 1973: 144). A organização da Esquadra também foi arduamente criticada por contemporâneos, uma vez que “era composta por mercenários e “material imprestável” (PEREIRA, 2009: 90). Críticas à parte, deve-se lembrar que a formação da esquadra foi essencial para a vitória deste contencioso, triunfo que se deve a Salvador de Mendonça.

Salvador de Mendonça buscou transmitir ao público norte-americano através da imprensa uma imagem de credibilidade da república brasileira (BUENO, 1995: 186). A ação do representante brasileiro buscava a defesa do regime republicano frente aos interesses dos europeus, vistos como monarquistas (PEREIRA, 2009: 100). Um exemplo disso foi a publicação pelo Jornal *New York Times* do artigo *Latest Aspects of the Brazilian Rebellion* redigido pelo próprio representante brasileiro. O artigo tinha um claro objetivo “persuadir os leitores norte-americanos das dificuldades e dos problemas subjacentes a uma possível restauração do antigo regime político brasileiro” (PEREIRA, 2009: 100). O artigo atacava os monarquistas, vistos como inimigos da república, além de descrever a situação do comércio com as nações estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro que estava paralisado por causa do conflito.

A atuação de Salvador de Mendonça junto ao Departamento de Estado norte-americano foi decisiva para trazer o apoio desta nação para o lado brasileiro. Durante a revolta, o representante brasileiro teve constante contato com o secretário de Estado norte-americano, Walter Gresham. Sua atuação junto a ele “foi eficiente no momento em que este se inclinava para um alinhamento à diplomacia europeia, propensa a reconhecer o estado de beligerância dos revoltosos da baía, numa fase crucial da luta” (BUENO, 1995: 169). A atuação do representante brasileiro junto a Gresham em um incidente ocorrido no dia vinte e um de outubro de 1893 que envolveu Stanton, contra-almirante norte-americano (PEREIRA, 2009: 94-96). Stanton chegou ao Rio de Janeiro, não visitou as autoridades brasileiras e

cumprimentou a bandeira dos revoltosos; atitudes que elevaram o moral dos revoltosos e demonstraram fragilidade do governo de Floriano Peixoto. Após alguns encontros com Gresham, Salvador de Mendonça conseguiu com que o contra-almirante fosse demitido.

A demissão de Stanton fez com que o Contra-Almirante Benham assumisse a responsabilidade pelas embarcações norte-americanas concentradas na Baía de Guanabara e recebesse instruções diretas do presidente Cleveland que mudariam o rumo da revolta (PEREIRA, 2009: 99). Ele que se encontrava na ilha de Trindade foi instruído a “romper o bloqueio que havia sido imposto pelos rebeldes” (BUENO, 1995: 188). Assim, em vinte e nove de janeiro de 1894, o Contra-Almirante norte-americano não hesitou e reagiu quando os revoltosos tentaram impedir a passagem dos navios dos EUA. Essa atitude acabou com o bloqueio do porto que havia sido a principal conquista dos revoltosos, enfraquecendo o moral da Revolta (BUENO, 1995:183).

Saldanha da Gama - líder dos revoltosos - sabia que não tinha condições de reagir à força contra a esquadra norte-americana e se viu forçado a estender a liberdade de tráfego para os navios de outras nacionalidades (BUENO, 1995: 184). No dia onze de março de 1894, os revoltosos estavam sem condições de combate e entregaram uma proposta de rendição<sup>30</sup> ao governo assinada por Saldanha da Gama (PEREIRA, 2009: 101). Assim, pode-se concluir que a tática<sup>31</sup> de Salvador de Mendonça para o enfrentamento dos revoltosos havia funcionado conforme planejado.

### **Salvador de Mendonça, a exoneração do cargo e o pensamento dos novos responsáveis pela política exterior brasileira.**

Salvador de Mendonça já não era o representante brasileiro nos Estados Unidos quando, “o patrono da diplomacia brasileira”, Barão de Rio Branco, elevou a representação do Brasil à categoria de embaixada em 1905. Apesar de não atuar mais como o representante do governo brasileiro em Washington nesse momento tão importante da diplomacia nacional, ele foi um

---

<sup>30</sup> Para ver maiores detalhes a respeito das condições para rendição dos revoltosos, consultar Pereira (2009: 101-104).

<sup>31</sup> A tática do representante brasileiro era “respaldado na Doutrina Monroe, com contornos ideológicos definidos e, capaz de recorrer militarmente aos Estados Unidos em caso de urgência, o Brasil poderia garantir o apoio americano e republicano ao governo de Floriano Peixoto.” (PEREIRA, 2009: 94).

personagem de fundamental importância no processo de alinhamento diplomático brasileiro ao subsistema americano de poder, ao passo que:

Salvador de Mendonça viveu em um período de transição política e ideológica no contexto nacional e internacional. Foi um dos atores principais no palco destas transformações, agindo em meio a inúmeras turbulências internas no Brasil e em contrapartida recebeu as críticas decorrentes da ausência de um planejamento eficaz para a política externa, que se voltava acentuadamente para os Estados Unidos com o advento da República, daí a busca por reconhecimento do regime, a assinatura de acordos comerciais pela intervenção na Revolta da Armada, enfim, num entendimento e aproximação que tornavam unívocas as ideias de "republicanizar-se" e "americanizar-se". (PEREIRA, 2009: 130)

Salvador de Mendonça entregou a sua carta revocatória ao presidente norte-americano, William McKinley, no dia dezoito de maio de 1898 (MENDONÇA, 1960: 194-195). O representante brasileiro havia sido transferido para Lisboa, porém o congresso não aprovou sua transferência e o exonerou em quinze de setembro de 1898 (PEREIRA, 2009: 128). Os principais jornais da imprensa norte-americana - entre eles o *Washington Post* e o *New York Times* - publicaram artigos que elogiavam a sua atuação. As manchetes destacavam sua importância na consolidação das relações entre Brasil e os Estados Unidos e sua atuação durante a Revolta da Armada (Pereira, 2009: 127). As críticas que Salvador havia recebido, advindas principalmente durante a Revolta da Armada, além de um problema que teve com a visão que dificultava sua leitura e escrita foram os principais motivos para a sua exoneração.

Salvador de Mendonça teve dois substitutos - Assis Brasil e Alfredo de Moraes Gomes Ferreira - antes que fosse criada a primeira embaixada brasileira no exterior (BANDEIRA, 1973: 169). O primeiro embaixador brasileiro foi Joaquim Nabuco que assumiu o seu posto na cidade de Washington em 1905, período no qual a política exterior do Brasil já reconhecia "os Estados Unidos como o centro de um subsistema internacional de poder" (CERVO; BUENO, 2002: 177), embora cada um tivesse sua maneira particular de reconhecimento.

### **Considerações finais**

Salvador de Mendonça contribuiu para o alinhamento da política externa brasileira ao subsistema americano de poder por ter sido um facilitador na aproximação diplomática entre Brasil e Estados Unidos. Sua atuação em Washington sempre foi marcada pelo apoio a causa

republicana e aos Estados Unidos, mesmo quando o Brasil era governado pelo imperador Dom Pedro II. O advento da república no Brasil, em 1889, facilitou o caminho do representante brasileiro, que passou a trabalhar diretamente com os governantes norte-americanos a ideia de que a republicanização do país deveria ser feita aos moldes norte-americanos. Salvador de Mendonça tomou como referência principal os Estados Unidos da América que deveria ser o exemplo para a recém criada República brasileira. Desta maneira, constata-se que, para Salvador de Mendonça, republicanizar o Brasil significava americanizá-lo.

A coroação ao esforço de Salvador de Mendonça veio em 1905, quando foi criada a primeira embaixada brasileira em Washington. A criação desta embaixada nos Estados Unidos foi uma prova de que o Brasil havia finalmente alinhado a sua política exterior ao subsistema norte-americano de poder. Assim, conclui-se que os novos responsáveis pela condução da política externa brasileira, o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, reconheceram os Estados Unidos como o centro de um subsistema internacional de poder, no qual o Brasil se incluía.

## **Referências**

- AZEVEDO, José Afonso Mendonça (1971). “Vida e obra de Salvador de Mendonça”. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores.
- BANDEIRA, Luiz Alberto M. (1973). “Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de História”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BETHELL, L. (1997). “História da América Latina”, v.4, De 1870 a 1930. São Paulo: Edusp; Brasília: FUNAG.
- BOEHRER, George C. A. (1973). “Da monarquia à República: história do partido republicano no Brasil (1870-1889)”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUENO, Clodoaldo. (1995). “A República e sua política exterior: 1889 a 1902”. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- CARONE, Edgard. (1971). “A República velha: evolução política”. São Paulo: DIFEL.
- CARVALHO, José Murilo. (1990). “A formação das almas”. São Paulo: Cia das Letras.
- CERVO, Amado Luiz. (1981). “O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores 1826-1889”. Brasília: Editora UnB.



- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. (2002). “História da Política Exterior do Brasil”. 2. ed. Brasília: EdUnb.
- DORATIOTO, Francisco (2002). “Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai”. São Paulo: Companhia das Letras.
- FURTADO, Celso. (1976). “Formação Econômica do Brasil”. 14 ed. São Paulo: Nacional.
- LYRA JÚNIOR, Américo Alves de. (2009). “Brasil e Estados Unidos nas Representações de Oliveira Lima e Salvador de Mendonça (1870-1914): Ideias Sobre a Inserção Brasileira na América”. Brasília, Universidade de Brasília (UNB). Disponível em: <[http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3807](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3807)>. Acesso em 21 mai. 2011.
- MENDONÇA, Carlos Süssekind de. (1960). “Salvador de Mendonça: Democrata do Império e da República”. Rio de Janeiro: FNL.
- MENDONÇA, Salvador de. (1913). “A Situação Internacional do Brasil”. Rio de Janeiro: Livraria Garnier.
- MENDONÇA, Salvador de. (1894). “Aspects of the Brazilian Rebellion”. New York Times, Nova York, 04 fev Disponível em: <[http://query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?\\_r=1&res=9B04EFD81638E233A25757C0A9649C94659ED7CF&oref=slogin](http://query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?_r=1&res=9B04EFD81638E233A25757C0A9649C94659ED7CF&oref=slogin)>. Acesso em: 21 nov. 2010.
- PECEQUILO, Cristina S. (2003). “A política externa dos Estados Unidos”. Porto Alegre, Ed. UFRGS.
- PEREIRA, Gabriel Terra. (2009). “A Diplomacia da Americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)”. Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/poshistoria/gabrielTerra.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2010.
- PEREIRA, Paulo José dos Reis. (2005). “A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: A Atuação de Joaquim Nabuco em Washington”. São Paulo: UNESP/UNICAMP/PUC-SP. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/paulo.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2010.
- PRADO, Eduardo. (1893). “A ilusão americana”. São Paulo: Brasiliense.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. Santos. (2004). “O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o Interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)”. São Paulo: Editora da UNESP.